



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 526727 - PE (2019/0238344-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY - PE024151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : EZEQUIEL JOSÉ DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : DANIEL JOSE DA SILVA
CORRÉU : DIOGO DA SILVA DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. PERDA DO OBJETO.

Writ prejudicado, devendo o Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri de Recife/PE, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, que perdura por mais de dois anos, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Ezequiel José da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Pernambuco, que denegou o HC n. 00022388020198170000.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, c/c os arts. 20, § 3º, e 29, todos do CP, e no art. 1º, I, da Lei n. 8.072/1990.

Aponta-se, na impetração, o excesso de prazo para o encerramento da instrução processual, estando o paciente preso desde o dia 18/7/2017, portanto, há mais de 2 anos. Afirma-se que, apesar da complexidade da ação penal, com pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias, 2 anos é um prazo excessivo e desproporcional para manter o paciente encarcerado (fl. 3).

A liminar foi indeferida (fls. 75/76).

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas às fls. 82/83.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou em parecer assim ementado (fls. 99/100):

HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO, COM ERRO SOBRE A PESSOA (ART. 121, § 2º, I E IV, CC. OS ARTS. 20, § 3º, E 29, TODOS DO CP). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PELO JUIZ SINGULAR E MANTIDA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. WRIT QUE BUSCA SEU RELAXAMENTO, SOB A TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. MOROSIDADE DA MARCHA PROCESSUAL NÃO EVIDENCIADA. FEITO DE RAZOÁVEL COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS E CONSIDERÁVEL NÚMERO DE TESTEMUNHAS A SEREM OUVIDAS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PARECER PELO CONHECIMENTO DO MANDAMUS E PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM POSTULADA.

É o relatório.

O *mandamus* perdeu seu objeto.

Isso porque, diante das informações colhidas no portal eletrônico da Corte local, em 2/4/2020, foi possível observar que a instrução processual foi encerrada e feito se encontra concluso para decisão.

Aplicável, portanto, a Súmula 52/STJ, segundo a qual, *encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.*

Posto isso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo o habeas corpus prejudicado**, devendo o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal do Tribunal do Júri de Recife/PE, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, que perdura por mais de dois anos, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator